

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG/COLABOROU LUANA PATRIOLINO
deniserothenburg.df@dabr.com.br

STF fecha o carnaval sob pressão

Os ministros do Supremo Tribunal Federal planejavam fechar esse período carnavalesco com a pressão do caso Master saindo do Judiciário. Porém, a operação da terça-feira gorda, que envolveu acessos irregulares a dados fiscais da esposa do ministro Alexandre de Moraes, os ministros podem se preparar para um longo período sob fogo cruzado.

Oposição na cobrança

Virão do Congresso os pedidos de transparência de todas as informações. A avaliação dos congressistas é a de que é preciso esclarecer questões éticas e legais. A ordem é levar aos quatro cantos que, da mesma forma que não se pode acessar ilegalmente dados de quem quer que seja na Receita Federal, contratos milionários — como a da mulher de Moraes com o Master — não deveriam ter sido feitos.

Proteção

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) manteve a reintegração provisória de uma servidora temporária do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) afastada sem justa causa durante a gestação. O entendimento é o de que funcionárias grávidas não podem ser dispensadas com base apenas em alegações administrativas, sem a abertura de sindicância ou processo disciplinar que reconheça formalmente falta grave.

Justa causa

O relator do processo, conselheiro Ulisses Rabaneda, entendeu que não houve reconhecimento formal de justa causa que autorizasse o desligamento. “A estabilidade provisória da gestante possui natureza de garantia fundamental de caráter objetivo, voltada não apenas à proteção da trabalhadora, mas, também, do nascituro, assegurando-lhe condições mínimas de desenvolvimento digno e proteção contra a vulnerabilidade social”, escreveu.

Sem compromisso com o governo

Ao programar a liberação das emendas parlamentares — em especial, as individuais — ainda no primeiro semestre, a turma do Planalto espera que deputados e senadores se lembrem do governo federal na hora de bater bumbo com a chegada dos recursos as suas bases eleitorais. As excelências, porém, não se mostram dispostas a ajudar a colocar o bloco de Lula na rua. Afinal, essas emendas são impositivas, ou seja, de pagamento obrigatório. Logo, o Poder Executivo não está fazendo um favor, e sim, cumprindo sua obrigação legal. A ordem dos congressistas é

seguir a máxima de que, em tempo de Murici, cada um cuida de si.

» » »

Campanhas “solteiras”/ Com as incertezas e a divisão da população, a maioria dos deputados não pretende fazer campanha usando a imagem do candidato a presidente da República, seja Lula, Flávio Bolsonaro ou quem mais chegar. Ou os presidentes de partido insistem e distribuem o material pronto, ou vai ser difícil emplacar a campanha presidencial.



CURTIDAS

Lula lá.../ ... Na Ásia, o presidente Lula busca diversificar os produtos brasileiros passíveis de exportação para a Índia, por exemplo, ampliar o mercado e, de quebra, firmar parcerias na área de bioinsumos. O governo espera contar com a presença de 300 empresários nessa agenda por lá.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



A oposição está é com inveja e dor de cotovelo. Eles não têm uma pessoa como nós temos, cuja história dá um belo enredo a ser exibido na avenida"

Do ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, um dos poucos que não foram à Sapucaí.

Só semana que vem/ Pressionado pelos opositoristas para abrir a CPI do Master, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, continuará ganhando tempo. Só pretende tratar do tema depois do Desfile das Campeãs.

Contabilidade na agenda/ O presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Joaquim Bezerra, reuniu-se com o secretário especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, Marcelo Weick Pogliese, no Palácio do Planalto, para articular a inserção da contabilidade na agenda regulatória do governo. Em pauta, a ampliação da participação técnica da categoria na formulação de leis e políticas públicas com impacto econômico e social.

LEGISLATIVO

Vorcaro irá duas vezes ao Congresso

Depoimentos do banqueiro à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e à CPMI do INSS movimentam a pauta pós-carnaval

» WAL LIMA

O retorno das atividades do Congresso Nacional após o feriado de carnaval terá como destaque os depoimentos do empresário e dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, em dois momentos diferentes. Na próxima terça-feira, o banqueiro irá depor ao grupo de trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado que acompanha as investigações do escândalo financeiro. Dois dias depois, será a vez de falar à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS.

Ainda não há confirmação de horário para a oitiva de Daniel Vorcaro na CAE, conforme divulgado na agenda do Senado Federal, mas a expectativa, segundo interlocutores, é que o depoimento seja marcado para as 10h, juntamente com os de Augusto Lima, ex-sócio do banqueiro Master; e dos presidentes do Banco Central, Gabriel Galípolo; e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), João Accioly.

Na segunda oitiva do banqueiro, agendada para quinta-feira, a pressão por informações sobre a fraude financeira continua por parte dos parlamentares. O presidente da CPMI do INSS, senador Carlos Viana (Podemos-MG), chegou a solicitar ao STF todos os documentos relacionados a Daniel Vorcaro porque, segundo ele, os arquivos obtidos com a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do empresário são de interesse do colegiado que apura os descontos irregulares nos contracheques dos aposentados e pensionistas.

“Esses elementos são fundamentais para a continuidade dos trabalhos da CPMI, para a consolidação das provas já colhidas e para o avanço responsável do relatório final”, defendeu Viana.

Arquivo pessoal



O banqueiro Daniel Vorcaro é esperado em duas comissões diferentes para falar da quebra do Banco Master, na volta dos trabalhos no Congresso

Mercosul-UE

A retomada dos trabalhos do Congresso Nacional vai contar com agenda cheia, marcada por temas econômicos e investigações policiais em curso. Os destaques ficam por conta das oitivas da CPMI do INSS, do acordo de livre-comércio entre Mercosul e União Europeia e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública.

Na segunda-feira, às 16h, a CPMI do INSS vai receber Luís Felix

Cardamone Neto, CEO do Banco BMG e das Lojas Help!, além dos empresários Ingrid Pikinskeni Moraes Santos e Paulo Otávio Montalvão Camisotti — filho e sócio de Maurício Camisotti, que está preso desde setembro do ano passado, por envolvimento no esquema de desvio de recursos dos aposentados.

O acordo comercial entre Mercosul e União Europeia, assinado em 17 de janeiro após mais de 20 anos de negociações,

também deve avançar na semana que vem. Após pedido de vista solicitado no início do mês, a expectativa é de votação na próxima terça-feira. Se aprovado, o texto seguirá para análise do plenário da Câmara, com a intenção de evitar tramitação pelas comissões e acelerar a aprovação. Depois, caberá ao Senado examinar o tratado. Para entrar em vigor, o acordo precisa ser aprovado pelos Parlaamentos de todos os países envolvidos.

PEC da Segurança

Também é esperada para terça-feira a votação da PEC da Segurança Pública. O relator, deputado Mendonça Filho (União-PE), ainda negocia alterações no parecer. A proposta original foi enviada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas enfrenta resistências — inclusive na base aliada —, especialmente, em relação a pontos como a redução da maioria penal. Após análise

na comissão especial, o texto ainda precisará passar por dois turnos de votação no plenário da Câmara.

No mesmo dia, a CPI do Crime Organizado ouve o diretor-geral da big tech Meta no Brasil, Conrado Leister, às 9h. Os parlamentares buscam esclarecimentos sobre a possível utilização das plataformas digitais da empresa (Facebook e Instagram) como veículos para a disseminação de atividades criminosas e como fonte de financiamento do crime organizado.

A comissão também tem sobre a mesa quase 50 requerimentos que precisam ser votados. Entre eles, pedidos de convocação de Daniel Vorcaro e de Augusto Ferreira Lima, conhecido como Guga Lima, ex-sócio do Banco Master. Há, ainda, solicitações de convite ao presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e Dias Toffoli.

Os requerimentos também mencionam relações empresariais envolvendo parentes de ministros do STF. Os irmãos de Toffoli e o próprio ministro, por meio de empresa familiar, foram sócios no resort Tayaya, posteriormente vendido ao Fundo Arllen, ligado a Vorcaro. Já a advogada Viviane Barci, esposa de Moraes, manteve contrato de prestação de serviços advocatícios com o conglomerado do Banco Master.

Na pauta econômica da Câmara dos Deputados, segue pendente o projeto que cria um regime especial de tributação para empresas de tecnologia e data centers. A proposta teve o regime de urgência aprovado na semana passada e incorpora trechos de uma medida provisória que perde validade no dia 25. Diante do risco de caducidade, o governo pressiona para que a votação ocorra ainda em fevereiro.